

# O JORNALISTA COMO INIMIGO DO ESTADO

*Posted on 10. Februar 2020*

O papel da mídia está em um estado de fluxo, como mostra a acusação de Julian Assange, que é considerado um inimigo do Estado não apenas em Londres ou Washington. Quase nenhum governo protestou contra a sua prisão ou mesmo o apoiou. Grandes secções da imprensa também expressam os seus pontos de vista distantes. Muitas pessoas não gostam da transparência criada pelo WikiLeaks.

*Uma posição assumida por Paul Schreyer.*

O fato de Assange ser jornalista é ao mesmo tempo contestado por muitos, antes de tudo pelo Departamento de Justiça dos EUA, que em maio de 2019 deixou claro: "Assange não é jornalista". Esta avaliação é convincente do ponto de vista do governo, pois é difícil celebrar a própria liberdade de imprensa, ao mesmo tempo em que se condescende com a prisão de um repórter.

Entretanto, no entanto, muitos profissionais da mídia também concordaram com essa avaliação. Um exemplo de destaque é o respeitado "Comitê de Proteção aos Jornalistas" (CPJ), uma organização que vem fazendo campanha pela liberdade de imprensa e prendendo jornalistas há muitas décadas. Em dezembro de 2019, publicou um relatório detalhado listando 250 jornalistas por nome que estão presos por razões políticas em todo o mundo. Falta o nome do Assange.

Robert Mahoney, um repórter americano veterano e vice-presidente do CPJ, tinha feito um comentário em apoio à liberdade de Assange, mas, ao mesmo tempo, declarou :

*"Após extensa pesquisa e deliberação, o CPJ decidiu não classificar Assange como jornalista, em parte porque seu papel tem sido muitas vezes o de uma fonte, e em parte porque o WikiLeaks geralmente não funciona como um portal de notícias com processo editorial".*

O líder do CPJ, Joel Simon, expressou sentimentos semelhantes. Há um "debate legítimo sobre se Assange pode ser chamado de jornalista". Mas ninguém duvida que ele é "uma fonte" e, portanto, deve ser protegido. Esta afirmação parece disparatada. Assange não é um denunciante, ninguém que, como Edward Snowden, tenha adquirido pessoalmente conhecimento secreto de queixas numa empresa ou numa

autoridade e queira tornar isto público. Assange não é uma fonte em si, mas, como um jornalista, alguém que publica informações de denunciante.

Igualmente questionável é o argumento de que o WikiLeaks não faz jornalismo porque a organização não tem "processo editorial" e "não funciona como um portal de notícias". Obviamente, a essência dos portais de notícias não consiste em certas práticas editoriais, mas na publicação de notícias relevantes - o que ninguém pode negar ao WikiLeaks.

A divisão em jornalistas, por um lado, e Assange, por outro, funciona como um truque retórico que permite distanciar-se do WikiLeaks e ao mesmo tempo agir como um defensor da liberdade de imprensa - uma posição que muitos jornalistas parecem achar apropriada. Na sua lógica, Assange não é "nenhum de nós", é injustamente perseguido, mas apenas na medida em que Snowden, Manning e outros denunciante também são perseguidos. Esta perspectiva é mais compatível com o ponto de vista dos governos do que a acusação muito mais dura e conflituosa que com Assange um incômodo representante da imprensa está sendo levada à justiça.

O CPJ faz parte da grande mídia e mantém estreitas ligações com as principais casas de mídia, que também fornecem apoio financeiro para a organização. Mesmo quando a liderança do CPJ advertiu o governo em carta ao presidente Obama, em 2010, contra a acusação do chefe do WikiLeaks, eles se distanciaram no mesmo fôlego da pessoa Assange, cujos "motivos e objetivos" eles "não compartilham".

Mas, quer se goste ou não de Assange - a sua personalidade complicada e contraditória certamente dá razão a esta última - é ele quem é atacado em nome de uma imprensa crítica. Você pode pensar nele como um bom ou mau jornalista, pode compartilhar ou lutar contra suas idéias políticas - mas ele continua fazendo parte da imprensa no que ele e o WikiLeaks fazem.

Na mesma linha, o repórter Glenn Greenwald salienta que a divisão em jornalistas e não-jornalistas joga a favor do governo e do seu ataque à Constituição:

*"A liberdade de imprensa diz respeito a todos e não apenas a um grupo seleto e privilegiado de cidadãos"*

*chamados 'jornalistas'. Se os procuradores podem decidir por si mesmos quem se enquadra na protecção da imprensa e quem não o faz, então a liberdade de imprensa encolhe-se para a liberdade de uma pequena e fechada classe de cidadãos privilegiados que são nomeados jornalistas pelo governo.*

Greenwald recorda uma decisão do Supremo Tribunal sobre a Primeira Emenda, que estabelece a liberdade de imprensa nos EUA. Em 1978, Warren Burger, então Presidente do Supremo Tribunal dos EUA, enfatizou isso em um ensaio:

*"Em suma, a Primeira Emenda não "pertence" a nenhuma categoria definível de pessoas ou entidades: "Aplica-se a todos aqueles que exercem as suas liberdades."*

Historicamente, a palavra "liberdade de imprensa" tem significado que os governos não devem dificultar a disseminação da informação, quer a notícia seja publicada por uma tipografia ou pela Internet. Não é uma questão de um grupo de pessoas ("a imprensa"), mas da possibilidade de distribuição ilimitada de informação. Se apenas uma autoridade estatal pode decidir quem é protegido pela liberdade de imprensa, então não é possível um controle independente do governo e, portanto, nenhuma democracia funcional.

### **O Assange apoiou o Trump?**

No entanto, muitos observadores que vêem este perigo também são muito desconfortáveis com o WikiLeaks. Ao publicar os e-mails da equipe de Hillary Clinton na campanha eleitoral de 2016, Assange não tomou claramente partido por Donald Trump, deixando assim claro que ele próprio está a seguir uma agenda política duvidosa? As suas revelações sobre Clinton não foram apenas uma vingança pessoal contra a administração Obama depois de esta ter iniciado o seu processo legal?

Estas objecções podem parecer óbvias à primeira vista, mas levantam questões mais profundas. Pois se Assange não tivesse publicado as informações sobre a rede política obviamente corrupta de Clinton (entre outras coisas, os vazamentos mostram como os cargos ministeriais foram distribuídos sob Obama de acordo com os desejos dos banqueiros de Wall Street), ele teria influenciado a eleição, mas em uma direção

diferente, a favor de Clinton.

Mas com que padrão moral é correcto cobrir a corrupção e o comportamento imoral de políticos individuais? Do ponto de vista jornalístico, apenas a verdade e o significado público do relatório são relevantes para a publicação. Os e-mails revelados pelo WikiLeaks foram, sem dúvida, significativos e obviamente autênticos. Com que direito - e com que objetivo - esse conhecimento deve ser negado aos eleitores? Que imagem de democracia e a possibilidade de fazer opiniões justas é expressa em tal desejo?

O Guardian escreveu em 2016 que os e-mails eram "uma janela para a alma" do Partido Democrata de Clinton, "para os sonhos e pensamentos da classe com a qual o partido se comprometeu" - e que este não era precisamente a classe baixa ou média desvinculada e zangada, mas um grupo muito diferente:

*"Para esta classe as opções são sempre bastante agradáveis. Eles são a base confortável e educada do nosso partido democrático moderno. São também os príncipes da nossa mídia, os arquitetos do nosso software, os planejadores das nossas estradas, os altos funcionários do nosso sistema bancário, os autores de praticamente todos os planos para reformar o sistema de pensões ou afinar o Oriente Médio com drones de precisão. Eles são, eles acreditam, não uma classe, mas os iluminados, os que você tem que ouvir, mas nunca tem que se justificar.*

As fugas têm mostrado ao público a preto e branco como esta classe alta dirige os eventos políticos.

### **WikiLeaks como um passo para a democracia**

Assange, por todos os seus erros e esforços a solo, criou algo que nunca tinha sido visto antes na história: O WikiLeaks é um ponto de coleta global de informações que grupos de interesse poderosos, governos ou corporações gostariam de manter em segredo - em detrimento do público. Antes da existência deste organismo, os denunciantes tinham de encontrar um jornalista de confiança e esperar que ele ou ela conseguisse não só tornar rapidamente pública a informação explosiva, mas também proteger permanentemente a identidade do denunciante.

Os meios de comunicação social estabelecidos falham repetidamente nestas duas tarefas. Os denunciante são expostos ou, como Bradley Manning no início de 2010, nem sequer são levados a sério e rejeitados pelos grandes escritórios editoriais. Portanto, a transmissão de segredos politicamente explosivos a estes meios de comunicação está sempre associada a um risco pessoal considerável.

O WikiLeaks reduziu este risco. O portal de internet, lançado em 2006, funciona como mediador e serviço de anonimização entre os denunciante e o público. Este procedimento tem várias vantagens importantes para o público em geral. O risco reduzido para os denunciante aumenta a probabilidade de publicação de denúncias, comportamentos ilegais ou imorais. Além disso, uma vez publicada, a mídia não pode ser chantageada para revelar a fonte porque eles próprios não conhecem a fonte. Além disso, informações explosivas encontram uma audiência internacional maior desde o início - e não podem ser varridas para debaixo do tapete no último minuto por quaisquer contatos entre o editor-chefe e o governo.

Em 2004, por exemplo, o governo dos EUA conseguiu adiar a revelação da vigilância dos cidadãos americanos pela NSA por muitos meses, até depois das eleições presidenciais, através de negociações confidenciais com o New York Times. O repórter James Risen não conseguiu afirmar-se perante os seus superiores publicando o relatório antes das eleições. Michael Hayden, então chefe da NSA, elogiou mais tarde explicitamente a troca confidencial com Philip Taubman, o gerente do escritório de Washington do New York Times, que "compreendeu a seriedade da questão". Tais meios de comunicação social frustram o WikiLeaks.

O caminho direto e anônimo para o público é essencial para limitar a corrupção e a imoralidade nos estados e corporações. O princípio organizacional corporizado pelo WikiLeaks é, portanto, um passo lógico no desenvolvimento de sociedades nas quais os decisores devem prestar contas ao público - em outras palavras, no desenvolvimento rumo às democracias. Qualquer pessoa que se oponha ao princípio do WikiLeaks ou se recuse a defender os seus apoiantes não tem claramente qualquer interesse em tal desenvolvimento. Esta é a verdadeira mensagem da perseguição política e legal de Julian Assange, que culminou com a sua prisão numa prisão britânica de alta segurança em Abril de 2019.

## Lei sem limites no Império Americano

A acusação do governo americano baseia-se na Lei da Espionagem, que criminaliza a traição de segredos militares. Esta lei foi aprovada em 1917, pouco depois de os EUA terem entrado na Primeira Guerra Mundial. Originalmente foi dirigido contra sabotadores alemães na América e cidadãos que, segundo o então presidente Woodrow Wilson, espalharam "o veneno da infidelidade" e trouxeram "a autoridade e a reputação do governo para o descrédito".

Na primeira metade do século XX, o governo usou-o frequentemente contra socialistas, activistas anti-guerra e dissidentes políticos. Mais recentemente, sob os presidentes Obama e Trump, as investigações têm visado sobretudo os denunciantes que tinham descoberto actividades ilegais do governo. Sobre a acusação actual, o Departamento de Justiça dos EUA explica: "As acções de Assange arriscaram danos graves à segurança nacional dos EUA, em benefício dos nossos adversários".

É claro que Assange é um cidadão australiano e não está vinculado à lei dos EUA fora dos Estados Unidos. Toda a acusação é, portanto, baseada no pressuposto tácito e legalmente absurdo de que a lei americana também se aplica fora dos EUA. Pela mesma lógica, os promotores americanos poderiam acusar um jornalista chinês que, num jornal de Pequim, descobrisse segredos de Estado americanos e exigisse sua extradição para Washington. Esta é uma ideia estranha, que ninguém nos Estados Unidos jamais transformaria em realidade.

O exemplo ilustra bem, portanto, a verdadeira lógica por detrás da acusação de Assange: os EUA reivindicam um quadro jurídico informal que transcende as fronteiras nacionais e abrange praticamente o âmbito do império americano. Em outras palavras, australianos, europeus e, em geral, cidadãos de estados que são tributários dos EUA ou que dependem deles devem alinhar-se politicamente com as linhas vermelhas da América, ou correr o risco de serem punidos. Essa é a lógica do império, à qual muitos se submetem de bom grado.

Por exemplo, em 2010, no auge da atenção pública para o WikiLeaks, a então primeira-ministra australiana Julia Gillard declarou que Assange estava agindo "ilegalmente", uma alegação que ela teve que retirar após

ser informada de que Assange não havia violado nenhuma lei australiana com suas revelações. Mas Gillard, ela própria advogada, só intuitivamente tinha compreendido com sua formulação que a Austrália, como parte informal do império americano, tem que entender como ilegal exatamente o que Washington chama assim.

Outro exemplo desta lógica são as sanções impostas pelos EUA em dezembro de 2019 às empresas envolvidas na construção do gasoduto germano-russo "Nord Stream 2". Legalmente, não é da conta dos EUA se dois países decidirem construir um gasoduto. No entanto, como o projeto diz respeito à Alemanha e, portanto, se enquadra no âmbito informal do império americano, os EUA se consideram autorizados a impor sanções.

O caso Assange é basicamente similar. A novidade é que o ataque do império já não se dirige apenas contra sujeitos desobedientes, governos ou empresas impopulares, mas abertamente contra a imprensa internacional. Até Barack Obama, que como presidente dos EUA teve vários denunciadores que denunciaram injustiças governamentais com a ajuda da lei de espionagem, se esquivou de atacar a mídia por publicar segredos incômodos. Este tabu foi agora quebrado. Os jornalistas críticos que expõem a injustiça ao Estado podem agora ser declarados inimigos do Estado e tratados como espões inimigos na guerra.

### **Jornalistas silenciosos na conferência de imprensa federal**

Os protestos contra este ataque à liberdade de imprensa são dificilmente audíveis. Imediatamente após a prisão de Assange na Embaixada do Equador em abril de 2019, o governo alemão declarou, a seu pedido, que não era responsável ("isto não se refere à ação do governo alemão"). A justiça britânica "decidiria de acordo com o Estado de direito, é claro".

As críticas mais modestas vieram do governo russo. Segundo um porta-voz do Kremlin após a prisão, eles "esperam" que os direitos de Assange "sejam respeitados". Ele não respondeu à questão se a Rússia concederia asilo ao chefe do WikiLeaks, apenas acrescentando: "Do nosso ponto de vista, isso não corresponde de forma alguma aos ideais de liberdade e inviolabilidade dos meios de comunicação.

A mídia na Alemanha reage cautelosamente. As expressões de solidariedade continuam a ser raras e são



geralmente limitadas pelo distanciamento. Tenor: Assange foi longe demais. Segundo Gerhard Spörl, ex-chefe de relações exteriores da SPIEGEL e hoje consultor de relações públicas, o fundador do WikiLeaks, preso, é um egomaniaco irresponsável que publicou descuidadamente tudo o que lhe caiu nas mãos e, portanto, "jogou fora a reputação". O DIE ZEIT também apoia o Estado, queixando-se de que Assange "atravessou fronteiras" e apenas "quer ser" um jornalista. Os tribunais britânicos e americanos, por outro lado, não devem ser acusados de ter uma agenda política, porque isso seria "desconfiança no funcionamento do judiciário, o que não é bom para nenhum jornalista".

Muitos o vêem da mesma forma na imprensa. Numa sociedade em funcionamento, um portal como o WikiLeaks deve ser operado em conjunto ou, pelo menos, protegido por todos os meios de comunicação social. Mas actualmente está a acontecer o contrário: os meios de comunicação social estão a fugir ou mesmo a atacar Assange. Mas acima de tudo eles permanecem em silêncio.

Em outubro, o Representante Especial da ONU para a Tortura, Nils Melzer, relatou sua visita à prisão de Assange, em Londres, onde havia documentado sintomas de tortura psicológica na presença de médicos. Isto também foi discutido várias vezes na Conferência de Imprensa Federal, mas apenas por Florian Warweg, um jornalista do ramo alemão da emissora estatal russa RT. Durante semanas, este último perguntou repetidamente o que o Governo Federal achava das conclusões do perito da ONU e o que pretendia fazer a respeito delas.

Os porta-vozes do governo tentaram evitar o tema tanto quanto possível. Em 16.10., responderam que não tinham "conhecimento próprio", em 21.10. disseram que iriam "investigar", em 15.11. disseram que "infelizmente não conheciam o relatório", em 25.11. tinham "total confiança no sistema de justiça britânico", em 2.12. finalmente, não havia nenhum relatório, mas apenas comunicados de imprensa do representante da ONU, e em 23.12. novamente, já tinham "comentado em detalhe" o caso.

Em nenhuma dessas ocasiões, de acordo com a ata da Conferência de Imprensa Federal, houve qualquer demanda de representantes da radiodifusão pública ou de outros jornalistas dos principais meios de comunicação. Eles estavam presentes, mas ninguém se apresentou para questionar criticamente as frases

do governo, apresentadas alternadamente pelos seus porta-vozes Steffen Seibert, Maria Adebahr, Christofer Burger e Rainer Breul. Os jornalistas ouvintes permaneceram passivos - e silenciosamente prosseguiram para a agenda.

Contactei vários repórteres dos estúdios da cidade capital da ARD e ZDF, que tinham assistido a algumas das conferências de imprensa, e perguntei como avaliariam a prisão de Julian Assange em termos de liberdade de imprensa. Os correspondentes da ARD reagiram com silêncio. Nick Leifert da ZDF respondeu que tinha estado presente no dia 15 de Novembro quando as acusações de tortura da ONU no caso Assange foram levantadas, mas que não tinha tido quaisquer perguntas sobre o assunto. O tema teria sido quatro semanas naquela altura.

Sobre a questão de como ele vê a detenção de Assange como um todo, o Sr. Leifert disse que não estava familiarizado com o caso, e que este não pertencia ao seu portfólio. Em certo sentido, o correspondente da capital da ZDF refletiu assim a reação do governo federal: Não somos responsáveis. O Sr. Leifert, ele próprio membro da diretoria da Conferência de Imprensa Federal por muitos anos, enfatizou que não se deve subestimar a verdadeira vida cotidiana da mídia:

*"Se os editores presentes souberem, a partir de suas reuniões editoriais, que este não será um tópico em suas respectivas transmissões/meios de comunicação naquele dia, então eles não têm nenhuma razão convincente para fazer perguntas sobre isso."*

Suponho que isso seja verdade. No entanto, esta observação apenas desloca o problema para o próximo nível superior: Porque é que os escritórios editoriais e os seus gestores não fazem de Assange um tópico?

### **"Vale a pena fazer esta pergunta?"**

Na conferência de imprensa federal, nem sempre se é tão reservado. Cavar mais fundo faz parte da vida quotidiana. No entanto, os colegas parecem ter um bom senso para as linhas vermelhas, oportunidade e pragmatismo. Em outras palavras: eles sabem o que não vale a pena. Perguntada quando o pedido de um jornalista para falar é estúpido, Maria Adebahr, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma

vez colocou-o desta maneira:

*"Há perguntas, das quais acho que sabes a resposta. Estas são perguntas onde se pode e deve, naturalmente, fazer a si mesmo: "Vale a pena fazer esta pergunta neste momento?"*

A porta-voz deixou assim claro que as conferências de imprensa são, na verdade, estagamentos. Todos, seja no pódio ou no público, têm o seu papel a desempenhar e sabem disso. Quem atrai atenção negativa corre o risco de ser substituído. Aves do paraíso" individuais como Tilo Jung são toleradas, mas basicamente todos os participantes sabem "o que é próprio" e o que não é. Um jornalista da estatal Deutsche Welle, e convidado regular da Conferência de Imprensa Federal, disse certa vez que não é necessário "mostrar o governo".

A crítica ao governo é, no entanto, possível e é também praticada, mas principalmente quando serve os interesses de uma potência superior - como os EUA. Por exemplo, na Conferência de Imprensa Federal de 25 de Novembro de 2019, procurou-se vigorosamente a razão pela qual o Governo Federal não iria fazer mais para promover os direitos humanos na China. O tema foi discutido durante mais de dez minutos, com a cooperação de uma grande variedade de jornalistas, fazendo perguntas críticas um após o outro, colocando assim os porta-vozes do governo na defensiva. Jornalismo crítico ao vivo. Mas todos os envolvidos também sabem que as críticas à China são comuns, e ninguém se mete em problemas ou corre o risco de ficar isolado.

Quando, meia hora depois, na mesma conferência de imprensa, os mesmos colegas foram questionados sobre sua atitude em relação a Assange e sua tortura, eles permaneceram em silêncio - todos eles. Ninguém saltou para o lado do repórter da RT Deutsch quando a porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros lhe respondeu que tinha "total confiança no sistema de justiça britânico que iria tratar deste caso de forma independente e de acordo com o Estado de direito com todas as facetas que aí surgem".

No dia seguinte, o Representante Especial da ONU Nils Melzer foi recebido no Ministério das Relações Exteriores Federal. Foi-lhe dito sem mais delongas que não tinha sequer lido os seus relatórios

perturbadores sobre Assange e os sintomas de tortura. Em uma audiência pública no Bundestag em 27 de novembro, Melzer descreveu isso e esclareceu o que ele acredita ser este caso:

*"Trata-se do Estado de direito, trata-se de democracia, trata-se do fato de que não podemos deixar o poder do Estado sem monitoramento. É por isso que temos separação de poderes. Se a separação de poderes já não funciona, então precisamos da imprensa, e se a imprensa já não funciona, então o WikiLeaks vem com estas revelações. Trata-se de elementos básicos da política estatal - e eles precisam de ser protegidos.*

No entanto, dificilmente há alguém longe e longe que tenha a intenção de proteger estes elementos básicos. Eles são desmantelados na frente de todos, e os jornalistas se transformam em seguidores silenciosos - ou inimigos do Estado. O grupo no meio, para o qual o termo "quarto estado" se encontrava, críticos radicais e independentes que são valorizados e apoiados pela sociedade, ou pelo menos aceitos - pelo menos não universalmente difamados ou marginalizados - este grupo está em processo de desintegração. Críticas severas e fundamentais não são mais consideradas pelos estabelecidos como vitais, mas como ameaçadoras da vida. Mas uma sociedade que se fecha desta maneira e não é mais capaz de refletir, perde sua capacidade de se desenvolver. Decadece.

"Este foi um artigo da revista [Multipolar](#)"

+++

Obrigado ao autor pelo direito de publicar.

+++

Dica de imagem: Imagem da fonte da imagem: [Nine News Australia](#)

+++

KenFM esforça-se por um amplo espectro de opiniões. Os artigos de opinião e as contribuições dos

convidados não têm de reflectir a opinião da equipa editorial.


+++

Gostas do nosso programa? Informações sobre possibilidades de suporte aqui:

<https://kenfm.de/support/kenfm-unterstuetzen/>

+++

Agora você também pode nos apoiar com Bitcoins.

 BitCoin endereço: 18FpEnH1Dh83GXXGpRNqSoW5TL1z1PZgZK